

# Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias

## INTRODUÇÃO

O estudo da década passada é crucial para a compreensão da evolução recente da sociedade portuguesa. Industrialização, aceleração do crescimento económico, emigração maciça e guerra colonial são as principais características desse período. Um dos aspectos interessantes desta situação é o facto de que Portugal, país pequeno e relativamente pouco desenvolvido, conseguiu suportar os custos da guerra, e mesmo assim apresentou taxas de crescimento relativamente elevadas.

Assim, a principal questão que o presente texto trata é a seguinte: como se explica que Portugal tenha apresentado altas taxas de crescimento durante a década de 60, apesar das despesas inerentes à guerra colonial? Será tal situação explicável pela própria exploração colonial? Tentar-se-á mostrar que as relações estritamente económicas com as colónias não permitem explicar cabalmente a aceleração de crescimento que se verificou no período em análise; e que certas alterações na estrutura da produção e do consumo tiveram provavelmente um papel mais importante.

## *Secção 1:* CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL NOS ANOS 60

1. Embora os dados da contabilidade nacional publicados pelo I. N. E. não cubram toda a década de 50, é sabido que este período é caracterizado por um crescimento relativamente lento, quando comparado com a década de 60. O quadro n.º 1 apresenta os dados disponíveis, sendo claro que os anos 60 evidenciam uma aceleração do ritmo de crescimento económico.

A análise da parte B do quadro n.º 1 sugere que a aceleração do crescimento teve de facto início em 1959. No entanto, devido a existirem compilações de séries estatísticas para 1960-70, será este período que analisaremos em maior detalhe <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento — 1960-70*, Lisboa, 1972.

**Produto nacional bruto ao custo dos factores, preços constantes**

[QUADRO N.º 1]

*A — Taxas de crescimento médio anual:*

|         |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|---------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1955-60 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 4,7 |
| 1956-58 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,3 |
| 1960-70 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 6,1 |

*B — Taxas de crescimento anual:*

|      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1956 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,6 |
| 1977 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,5 |
| 1958 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,0 |
| 1959 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 5,3 |
| 1960 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 8,8 |
| 1961 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 4,9 |
| 1962 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 6,2 |
| 1963 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 6,1 |
| 1964 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 7,1 |
| 1965 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 7,4 |
| 1966 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,6 |
| 1967 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 7,4 |
| 1968 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 7,7 |
| 1969 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,1 |
| 1970 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 7,2 |

*Nota* — Até 1960 (inclusive) foram usados dados a preços de 1958; para o período 1960 (inclusive)-70 foram usados dados a preços de 1963.

Fonte: OECD, *National Accounts Statistics*, 1955-64 e 1960-70.

2. A década de 60 está associada não só com uma aceleração do ritmo de crescimento económico, mas também com a ocorrência de importantes alterações ao nível da estrutura económica. Os quadros n.ºs 2 e 3 resumem alguns dados sobre esta questão. Por aí se pode ver que o sector primário perdeu posição, tanto em termos da sua contribuição para o PNB, como em termos da percentagem da população activa que ocupa; e o sector industrial tornou-se predominante em ambos os aspectos. Além disso, dentro da indústria transformadora, os ramos que mais se expandiram foram os que caracterizam a implantação dum sector industrial moderno (metalúrgicas de base, químicas, produtos metálicos, máquinas, equipamento de transporte), e não os de tipo mais ou menos tradicional (como alimentação ou têxteis). De notar, no entanto, que, em termos de contribuição para o aumento do valor acrescentado entre 1960 e 1970, os ramos industriais dos têxteis, vestuário e calçado têm ainda uma posição muito importante.

É também durante este período que a integração da economia portuguesa na economia internacional se acentua, quer através do aumento da importância relativa das importações e exportações, quer através do aumento substancial das entradas de capital privado estrangeiro a médio e longo prazo.

As migrações populacionais foram outra característica importante do período em análise. Na década passada, a emigração

Crescimento do produto nacional bruto ao custo dos factores no período  
1960-70, a preços de 1963

[QUADRO N.º 2]

A — Estrutura do crescimento do PNBcf

|  | Taxas<br>de crescimento<br>médio anual | Participação<br>no aumento do valor<br>acrescentado<br>(percentagem) |
|--|--|--|
| Agricultura, silvicultura, caça, pesca ... | 1,6                                    | 5,2  |
| Indústrias extractivas ... .. .            | 2,9                                    | 0,3  |
| Indústrias transformadoras ... .. .        | 8,6                                    | 47,2   |
| Electricidade, gás, água ... .. .          | 9,2                                    | 4,0  |
| Construção ... .. .                        | 7,6                                    | 6,2  |
| Serviços ... .. .                          | 6,1                                    | 37,1   |
| PNBcf .. .. .                              | 6,2                                    | 100,0  |

B — Discriminação do sector «indústrias transformadoras»

|  | Taxas<br>de crescimento<br>médio anual | Participação<br>no aumento do valor<br>acrescentado<br>(percentagem) |
|--|--|--|
| Alimentação, bebidas, tabaco ... .. .                            | 6,3                                    | 8,8  |
| Têxteis, vestuário, calçado ... .. .                             | 8,2                                    | 20,5   |
| Indústrias da madeira ... .. .                                   | 4,5                                    | 4,3  |
| Papel, tipografia ... .. .                                       | 9,4                                    | 6,1  |
| Indústrias químicas ... .. .                                     | 10,2                                   | 13,9   |
| Minerais não metálicos ... .. .                                  | 8,6                                    | 7,1  |
| Metalúrgicas de base ... .. .                                    | 15,9                                   | 4,5  |
| Produtos metálicos, máquinas, material<br>de transporte ... .. . | 10,4                                   | 30,2   |
| Outras indústrias transformadoras ...                            | 8,1                                    | 4,6  |
| Total nas «indústrias transformadoras»                           | 8,6                                    | 100,0  |

Fonte: I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento — 1960-70*, Lisboa, 1972.

duplicou em relação à década de 50; atingiu cerca de 10 % da população residente em 1960 e teve como resultado o decréscimo populacional verificado em 17 dos 22 distritos do continente e Ilhas Adjacentes. A concentração populacional num número restrito de distritos industrializados aumentou ainda mais: em 1970, cerca de  $\frac{1}{3}$  da população vivia nos distritos de Lisboa e Porto.

Assim, e dum modo geral, pode-se dizer que a década de 60 foi um período de crescimento económico rápido e de importantes alterações na estrutura produtiva, com importância crescente da indústria em relação à agricultura e dos ramos industriais modernos em relação aos ramos tradicionais e à indústria ligeira.

3. A partir de 1961, com o início da guerra colonial, as despesas militares tornaram-se um peso crescente para a economia nacional. O quadro n.º 4 apresenta alguns dados fornecidos pela contabilidade

Alguns indicadores comparando 1960 e 1970 e os períodos 1951-60 e 1961-70

[QUADRO N.º 3]

|   | 1960    | 1970    |
|---|---------|---------|
| 1. Estrutura da população activa (percentagem)(a):                              |         |         |
| Agricultura .. ... .. .   | 42,2    | 30,1    |
| Indústria ... .. .  | 27,8    | 32,0    |
| Serviços ... .. .   | 26,8    | 30,0    |
| Actividades mal definidas ... .. .  | 3,2     | 7,9     |
| 2. Estrutura do PNBcf, preços de 1963 (percentagem):                            |         |         |
| Agricultura .. ... .. .   | 25,1    | 16,3    |
| Indústria ... .. .  | 36,6    | 45,9    |
| Serviços ... .. .   | 38,3    | 37,8    |
| 3. Importações e exportações em percentagem do PIBpm, preços correntes:         |         |         |
| Importações ... .. .  | 21,8    | 24,4    |
| Exportações ... .. .  | 13,1    | 14,5    |
| Importações + exportações ... .. .  | 34,9    | 38,9    |
|   | 1951-70 | 1961-70 |
| 4. Fluxos de capital privado a médio e longo prazo (milhares de contos):        |         |         |
| Entradas no País — Total ... .. .   | 1,091   | 34,404  |
| Entradas no País — Montante líquido ... .. .                                    | 616     | 15,302  |
| 5. Emigração:   |         |         |
| Expressa em percentagem da população total no princípio de cada década (b) ...  | 4,3     | 10,4    |
| Expressa em percentagem da população activa no princípio de cada década (b) ... | 11,3    | 28,6    |

(a) O contingente militar está incluído na população activa segundo a actividade exercida anteriormente.

(b) Por população no princípio de cada década entende-se a população nos anos de 1950 ou 1960, conforme o caso.

Fontes: I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento — 1960-70*, Lisboa, 1972, para 1, 2, 3 e 5; Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração*, 1951 a 1970, para 4; M. L. Marinho Antunes, *A Emigração Portuguesa desde 1950*, Lisboa, 1973, para 5.

nacional e publicados pelo I. N. E. Os montantes apresentados, embora sejam já bastante importantes, são notáveis pela sua «normalidade»: no período 1965-70, a percentagem das despesas de defesa no PNBcf teria sido em Portugal (7,7%) ligeiramente inferior à correspondente nos E. U. A. (8,1%). Na realidade, as despesas militares devem ter sido mais elevadas. Um valor da ordem dos 120 milhões de contos para o período até 1970 tem sido sugerido como sendo mais realista e elevaria as despesas militares para 10% do PNBcf e 66% das despesas do Estado.

De qualquer forma, mesmo aceitando os dados oficiais, é claro que a guerra se tornou um peso muito grande para a economia portuguesa nos anos 60, tanto em termos da parte do PNB absorvida pelas despesas militares, como em termos da percentagem

## Alguns indicadores sobre os custos da guerra

[QUADRO N.º 4]

### A — A despesa militar como percentagem média anual de:

PNBcf (preços correntes):

|         |        |      |
|---------|--------|------|
| 1955-60 | ... .. | 3,98 |
| 1961-70 | ... .. | 7,55 |

Despesas do Estado (preços correntes):

|         |        |         |
|---------|--------|---------|
| 1955-60 | ... .. | 25,7(a) |
| 1961-70 | ... .. | 39,6    |

PNBcf (preços constantes):

|         |        |     |                  |
|---------|--------|-----|------------------|
| 1955-60 | ... .. | 4,0 | (preços de 1958) |
| 1961-70 | ... .. | 8,2 | (preços de 1963) |

### B — O contingente militar como percentagem da população activa:

|      |        |     |
|------|--------|-----|
| 1960 | ... .. | 0,7 |
| 1965 | ... .. | 4,4 |
| 1970 | ... .. | 6,2 |

(a) Apenas 1960.

Fontes: OECD, *National Accounts Statistics*, 1955-64 e 1960-70, para A. I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento — 1960-70*, Lisboa, 1972, para A e B.

da força de trabalho desviada pelo contingente militar. Assim, uma vez que uma parte importante dos recursos disponíveis estava sendo afectada a usos não produtivos, constituindo portanto uma limitação ao investimento e/ou ao consumo, poder-se-ia esperar um efeito negativo sobre o crescimento económico.

Seria bastante complexo estudar aquilo que teria acontecido na ausência de guerra colonial. No entanto, um aspecto importante ressalta da análise do quadro n.º 1: a economia portuguesa conseguiu acelerar o seu crescimento, *apesar* da guerra colonial. Uma possível explicação para este facto consistiria em associar a determinação política com que o regime prosseguiu na manutenção das colónias e o papel destas no crescimento económico do País. Neste caso, a exploração colonial seria a variável explicativa fundamental para a *performance* económica da década de 60. Esta questão é analisada com algum detalhe nas secções seguintes.

## Secção 2: ANÁLISE DAS IMPORTAÇÕES PROVENIENTES DAS COLÓNIAS

1. Para analisar o papel das colónias no processo de crescimento económico português nos anos 60 é necessário estudar a estrutura e as tendências fundamentais das relações económicas estabelecidas, o que se procura fazer nas secções 2 a 4. O objecto do estudo é o conjunto das colónias portuguesas; mas o caso de

Angola é tomado como exemplo representativo sempre que se torne necessária análise mais detalhada<sup>2</sup>.

Para que as colónias fossem consideradas elemento fundamental explicativo do crescimento económico nacional teriam de constituir:

Fonte de matérias-primas a preços privilegiados;

Mercado importante para os mercados mais dinâmicos da economia portuguesa;

Fonte de recursos financeiros e de divisas.

2. O comércio de mercadorias é um elemento central na análise deste tópico. O quadro n.º 5 apresenta alguns dados sumários sobre as importações e exportações portuguesas. As importações do estrangeiro cresceram mais rapidamente do que as provenientes das colónias, principalmente durante a década passada. Por outro lado, as exportações para as colónias cresceram ligeiramente mais depressa do que as para o estrangeiro durante a década de 50; mas a diferença tornou-se insignificante ao longo da década seguinte. Além disso, a parte das colónias no comércio externo português é importante, mas não dominante: 25 %-26 % das exportações, 16 %-12 % das importações.

Portanto, de um modo geral, e a um nível ainda muito agregado, o quadro sugere que o comércio colonial português foi perdendo importância ao longo dos anos 60. Mas uma análise mais detalhada torna-se necessária para dar conteúdo a esta afirmação. O caso de Angola será utilizado para esse efeito.

3. Começando a análise pelo lado das importações, foi seleccionado um grupo de 8 produtos importantes que constituíam mais de 60 % das importações portuguesas provenientes de Angola. A parte A do quadro n.º 6 apresenta a lista dos referidos produtos. A principal característica comum é o serem produtos primários que não passaram por qualquer processo de transformação industrial (a farinha de peixe é a única excepção, mas o processo industrial respectivo é de tipo bastante elementar).

Do ponto de vista da economia portuguesa, o que interessa estudar é a função económica dos referidos produtos, uma vez importados. E, a este respeito, um aspecto essencial ressalta: nenhum dos produtos está relacionado com qualquer ramo da indústria pesada em Portugal. Alguns desses produtos são consumidos sem terem sofrido qualquer transformação industrial (bananas). Outros são objecto apenas de uma ligeira transformação antes do seu consumo final (café, milho e farinha de peixe). Outros ainda são matéria-prima de indústrias relativamente mais complexas, embora consideradas ainda indústrias ligeiras (café, óleo de palma, tabaco, algodão-em-rama e sisal). Verifica-se (ver

---

<sup>2</sup> Deve notar-se que, se, por um lado, é razoável pensar-se que a estrutura do comércio colonial é idêntica em Angola e nas restantes colónias, por outro lado, a restrição da análise ao caso daquela colónia levanta alguns problemas à generalização das conclusões a que se possa chegar.

## Estrutura do comércio externo português

[QUADRO N.º 5]

### A — Comércio com as colónias em percentagem do comércio total

| Anos         | Importações<br>das colónias | Exportações<br>para as colónias |
|--------------|-----------------------------|---------------------------------|
| 1950 .. .. . | 16,3                        | 25,0                            |
| 1960 .. .. . | 14,3                        | 25,6                            |
| 1970 .. .. . | 11,5                        | 25,7                            |

### B — Taxas de crescimento médio anual das importações e das exportações

|   | 1950-60 | 1960-70 |
|---|---------|---------|
| Importações totais ... .. .             | 7,1     | 10,8    |
| Importações das colónias ... .. .       | 5,7     | 8,5     |
| Importações do estrangeiro ... .. .     | 7,4     | 11,2    |
| Exportações totais ... .. .             | 5,8     | 10,70   |
| Exportações para as colónias ... .. .   | 6,1     | 10,73   |
| Exportações para o estrangeiro ... .. . | 5,7     | 10,68   |

### C — A parte de Angola no comércio colonial português

| Anos             | Importações(a) | Exportações(b) |
|------------------|----------------|----------------|
| 1960-62 ... .. . | 51,6           | 37,6           |
| 1964-66 ... .. . | 55,5           | 44,9           |
| 1968-70 ... .. . | 52,2           | 45,6           |

(a) Importações de Angola em percentagem do total das importações portuguesas das colónias; não estão incluídas as importações de diamantes de Angola.

(b) Exportações para Angola em percentagem do total das exportações portuguesas para as colónias; não estão incluídas as exportações de diamantes para a Grã-Bretanha.

Fonte: I. N. E., *Estatísticas do Comércio Externo*, 1950, 1960 a 1962, 1964 a 1966 e 1968 a 1970.

parte B do quadro n.º 6) que, para todos os produtos que atravessam algum processo de transformação industrial, a parte dos produtos importados de Angola no total utilizado de cada um dos referidos produtos é importante. No entanto, para relacionar o comércio colonial com o crescimento económico em Portugal, é necessário estudar com mais detalhe aqueles produtos que servem de matéria-prima para indústrias que tiveram uma contribuição significativa para o crescimento económico português.

Dos 8 referidos produtos, apenas 3 estão relacionados com indústrias que deram uma contribuição importante para o aumento de produção verificado ao longo dos anos 60: óleo de palma, algodão-em-rama e sisal. Mas o óleo de palma representa menos de 5 %

das matérias-primas utilizadas na indústria do sabão, uma indústria que é uma pequena parte do conjunto da indústria química. E o mesmo argumento aplica-se ao sisal. A situação é diferente no que diz respeito ao algodão-em-rama: a indústria têxtil do algodão é uma parte importante do conjunto da indústria têxtil e o algodão-em-rama é a matéria-prima principal. O algodão de Angola representa uma percentagem importante do total de algodão-em-rama utilizado (25% em termos de quantidade). E a indústria têxtil em Portugal, embora crescendo a um ritmo mais lento do que o conjunto da indústria transformadora, teve uma participação significativa no aumento do valor acrescentado durante o período em análise (cf. parte B do quadro n.º 2).

Independentemente de quaisquer diferenciais de preços (que serão analisados a seguir), é de notar que o simples facto de serem provenientes das colónias percentagens importantes das matérias-primas utilizadas pela indústria portuguesa tem consequências de relevo. O acesso aos produtos é mais fácil do que seria se Portugal tivesse de competir com outros países para obter matérias-primas no mercado internacional. Esta situação não é uma contribuição directa para o crescimento da indústria portuguesa; mas tem como consequência o relativo desaparecimento de uma limitação potencial ao crescimento do lado das fontes de matéria-prima.

4. No entanto, se os preços pagos pela indústria portuguesa pelas matérias-primas importadas das colónias forem inferiores aos pagos por outros países que importem da mesma fonte, pode-se afirmar que se está perante uma contribuição directa para o crescimento económico português: preços inferiores das matérias-primas permitem praticar preços inferiores para os produtos finais, logo aumentando a procura e provocando a expansão da indústria; ou então, os preços privilegiados permitem lucros mais elevados, contribuindo então para o crescimento pelo lado de um aumento do valor acrescentado<sup>3</sup>.

A parte B do quadro n.º 6 apresenta alguma informação sobre os diferenciais de preços relativos aos 8 produtos já referidos. Supondo qualidade uniforme em cada um dos produtos exportados por Angola, os dados apresentados mostram que os importadores portugueses beneficiavam de preços privilegiados em alguns dos produtos. No entanto, no que diz respeito ao algodão-em-rama, não parecem existir preços privilegiados. É importante notar que a existência de um diferencial de preços claro neste produto seria muito importante para apoiar a tese de que as importações provenientes de Angola tiveram uma contribuição directa para o crescimento de uma indústria que teve papel de relevo na expansão industrial dos anos 60: a indústria têxtil.

---

<sup>3</sup> Existe também a possibilidade de os preços privilegiados terem permitido a subsistência de estruturas industriais obsoletas. Mas, dado que houve vários investimentos em unidades fabris de tipo moderno (no sector têxtil, por exemplo), pode-se pensar que os incentivos ao crescimento estiveram presentes, mesmo que atenuados pela referida possibilidade.



## Importações portuguesas provenientes de Angola

[QUADRO N.º 6]

### A — Parte dos 8 produtos seleccionados (a) no total das importações portuguesas de Angola (com exclusão dos diamantes)

| Anos            | Percentagem |
|-----------------|-------------|
| 1961-65 .. .. . | 61,9 %      |
| 1966-70 .. .. . | 64,2 %      |

(a) Lista dos referidos 8 produtos: bananas, café em grão, milho, óleo de palma, farinha de peixe, tabaco não manipulado, algodão-em-rama e sisal.

### B — Algumas características das importações de Angola dos 8 produtos seleccionados

| Produtos            | Taxas de crescimento médio anual das importações provenientes de Angola (1960-70) |       | Parte dos produtos importados de Angola no total processado industrialmente em Portugal <sup>1</sup> (1970) |                | Exportações de Angola: preços médios (FOB) das exportações para Portugal como percentagem dos preços para outros países (1971-72) |                       |
|---------------------|---|-------|---|----------------|---|-----------------------|
|                     | Quantidade  | Valor | Quantidade  | Valor          | Portugal (percentagem)  | Outro país (100 %)    |
| a) Bananas .. .. .  | 38,6  | 53,2  | —   | — <sup>2</sup> | 96 % - 97 %   | África do Sul         |
| b) Café .. .. .     | 4,1   | 5,5   | —   | 92,9           | 57 % - 76 %   | E. U. A.              |
| c) Milho .. .. .    | 19,0  | 23,1  | 25,5  | 23,0           | 95 %  | Zaire (1972)          |
| d) Óleo de palma .. | — 2,7   | — 2,2 | 54,8  | 48,2           | 85 %  | Espanha               |
| e) Farinha de peixe | 32,9  | 38,6  | ..  | ..             | Sem diferença   |                       |
| f) Tabaco .. .. .   | 14,7  | 24,6  | 13,8  | 4,8            | 87 % - 91 %   | Inglaterra            |
| g) Algodão .. .. .  | 10,2  | 10,7  | 25,2  | 22,5           | Sem diferença   |                       |
| h) Sisal .. .. .    | 4,1   | 2,0   | 59,7  | 53,1           | 93 % - 96 %   | Bélgica<br>Luxemburgo |

Total das importações de Angola (com exclusão dos diamantes): 13,3

<sup>1</sup> As indústrias que utilizam os referidos produtos são respectivamente as seguintes:

- a) Nenhum uso industrial significativo;
- b) Torrefacção, café instantâneo;
- c) Moagem, alimentos para animais, fabricação de amidos, féculas, dextrinas e produtos afins;

- d) Margarina, sabões;
- e) .. = dados não disponíveis;
- f) Tabaco;
- g) Têxtil do algodão;
- h) Cordas e cabos.

<sup>2</sup> Percentagem de Angola na importação total portuguesa de café em grão.

Fontes: I. N. E., *Estatísticas do Comércio Externo*, 1960 a 1970; *Estatísticas Industriais*, 1970. Angola, Direcção Provincial dos Serviços de Economia e Estatística, *Comércio Externo*, 1971 e 1972, reproduzido em I. N. E., *Anuário Estatístico*, 1972, vol. II.

No entanto, na base da informação apresentada, e enquanto novos dados não forem sistematicamente trabalhados, uma tal tese não parece poder ser apoiada e, conseqüentemente, o papel dos diferenciais de preço no caso do algodão-em-rama torna-se problemático.

No que diz respeito aos outros produtos, é clara a existência de preços privilegiados; mas os sectores que beneficiam de maiores diferenciais (alimentação e tabaco) não se incluem nem no grupo dos que apresentam crescimento bastante rápido, nem no grupo dos que tiveram uma contribuição importante para o aumento do valor acrescentado.

Além disso, deve notar-se que estes diferenciais de preços foram estimados para os anos 1971-72, isto é, cerca de dez anos depois de ter começado a guerra colonial. Os referidos diferenciais foram provavelmente muito mais importantes durante os anos 50 e no início dos anos 60. Mas os casos mais escandalosos de existência de preços privilegiados devem ter sofrido um relativo declínio ao longo dos anos 60, como resultado de uma política destinada a evitar críticas da comunidade internacional e a criar condições equitativas para o capital estrangeiro e o capital nacional (para assim obter o apoio interessado do estrangeiro para a empresa colonial). É provável que os preços do algodão-em-rama tenham sido fortemente afectados por esta situação. Até 1961, os camponeses nativos eram obrigados a cultivar o algodão em determinadas terras e tinham depois de o vender às empresas concessionárias por preços fixados pelo Governo (bastante inferiores aos preços internacionais)<sup>4</sup>. Em Maio de 1961, este sistema foi abolido e a plantação e venda de algodão tornaram-se livres. É, portanto, muito provável que tenham existido preços privilegiados para o algodão-em-rama antes de 1961; mas, a partir desta data, tal situação deve ter perdido muito da sua anterior importância (como, aliás, a situação em 1971-72 parece confirmar).

O algodão apresenta um dos casos mais importantes de formas disfarçadas de trabalho forçado nas colónias portuguesas, e, por isso, as modificações introduzidas na década de 60 foram mais acentuadas. Se os outros produtos sofreram uma evolução paralela à do algodão, isso explicaria a reduzida importância dos diferenciais de preços no início da década de 70 (5 % a 15 % na maior parte dos produtos analisados, com excepção do café, que atingiu valores da ordem dos 24 % a 44 %)<sup>5</sup>.

No seu conjunto, a análise dos diferenciais de preços não sugere que a existência de preços privilegiados tenha tido um papel muito importante no crescimento dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa nos anos 60. Antes pelo contrário, sugere que tais diferenciais foram muito mais importantes durante a década de 50.

---

<sup>4</sup> Cf. Andrade e Ollivier, *La guerre en Angola*, Paris, 1971, pp. 81-87.

<sup>5</sup> A excepção no caso do café mereceria estudo cuidadoso. A análise da propriedade do capital interveniente nas várias fases, que vão da plantação do café à sua comercialização em Portugal, e das respectivas ligações poderia fornecer pistas interessantes.

5. Uma vez que a análise se limitou aos 8 referidos produtos, existe ainda a possibilidade de que outros produtos angolanos, embora de importância reduzida no valor das importações portuguesas, fossem de facto relevantes para algumas indústrias dinâmicas. Embora sem aprofundar muito este aspecto, o quadro n.º 7 permite avançar um pouco na análise deste problema. Aí são apresentados dados sobre 3 outros produtos que Angola exporta

#### Alguns outros produtos importantes exportados por Angola

[QUADRO N.º 7]

| Produtos                | Percentagem de alguns países nas exportações de Angola (FOB) (média para 1960-70) |                      | Percentagem proveniente de Angola de matérias-primas utilizadas na indústria portuguesa (percentagem da quantidade) |
|-------------------------|---|----------------------|---|
|                         | Países  | Percentagem do valor |   |
| Minério de ferro ... .. | Japão + Alemanha<br>Portugal  | 85,9<br>0            | 0   |
| Diamantes .. ... ..     | Grã-Bretanha<br>Portugal  | 100,0<br>0           | 0   |
| Petróleo em bruto ...   | Portugal 1962-65 e<br>1968-70<br>Portugal 1971-72                                 | 75,6<br>8,3          | 1,7 (1970)  |

Fontes: Angola, Direcção Provincial dos Serviços de Economia e Estatística, *Comércio Externo*, 1971 e 1972, reproduzido em I. N. E., *Anuário Estatístico*, 1972, vol. II. I. N. E., *Estatísticas do Comércio Externo*, 1960 a 1970.

e que preenchem as condições indicadas: minério de ferro, petróleo bruto e diamantes. O minério de ferro é uma importante matéria-prima que podia permitir o rápido aumento da produção de metais básicos e máquinas; mas não havia exportação de minério de ferro de Angola para Portugal. Do petróleo bruto poderia depender o crescimento da indústria química; a verdade é que só houve exportação de petróleo bruto de Angola para Portugal quando a produção estava no princípio e era irregular; a produção total era muito reduzida e a parte exportada para Portugal (embora representasse uma percentagem considerável da produção) não ia em 1970 além duns escassos 2 % das ramas utilizadas pela indústria dos derivados do petróleo. Os diamantes são, na sua totalidade, exportados para Inglaterra; é verdade que desde 1964 são exportados para Portugal e daqui reexportados para Inglaterra, mas trata-se duma operação fictícia<sup>6</sup>: a única transformação que os diamantes sofrem em Portugal é que uma parte deles são

<sup>6</sup> Com a consequência de que, a partir dos meados dos anos 60, os dados oficiais, não corrigidos, sobre o comércio externo português traduzem uma excessiva valorização tanto dos resultados das exportações portuguesas como da importância que para Portugal tinham as importações dos produtos de Angola.

polidos e classificados. Por isso, no presente trabalho, é excluído das importações e exportações o comércio dos diamantes através de Portugal<sup>7</sup>.

Portanto, e no seu conjunto, a análise das importações portuguesas de Angola, tomando estas como indicativas da situação do conjunto das colónias, sugere que estas não forneciam as matérias-primas a preços de tal forma privilegiados que isso bastasse para explicar o crescimento das indústrias dinâmicas em Portugal durante a década de 60. Mas também não se pode subestimar por completo o papel das importações das colónias: produtos havia que significavam acesso fácil a fontes seguras de matérias-primas, o que atenuava possíveis dificuldades de abastecimento; e outros, obtidos a preços de privilégio, podiam ter evitado que o peso das indústrias portuguesas de crescimento lento abrandassem os índices de crescimento geral.

### *Secção 3: ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES PARA AS COLÓNIAS*

1. Analisando agora as exportações portuguesas para Angola, o quadro n.º 8 resume o que há de importante e disponível. A metodologia adoptada foi idêntica à das importações. Escolheu-se um grupo de 12 produtos, incluindo as principais exportações do princípio e do fim da década. O grupo de produtos é menos representativo do que seria desejável (apenas 40 % das exportações em 1970), mas, para se conseguir melhorar a situação, era preciso alargar consideravelmente o número de produtos abrangidos, aumentando as dificuldades em obter resultados úteis dos esforços de compatibilização da classificação do comércio externo com a das estatísticas industriais (para se chegar a 52 % das exportações seria preciso considerar 24 produtos e categorias de produtos). Mas, mesmo com as limitações apontadas, a análise dos dados pode permitir conclusões relevantes.

As exportações para as colónias seriam obviamente uma explicação para o crescimento económico português se uma parte significativa e crescente (ou, pelo menos, constante) da produção total dos sectores fundamentais fosse absorvida pelos mercados coloniais (neste caso por Angola).

Deste ponto de vista, será importante comparar as partes B dos quadros n.ºs 2 e 8. Os 12 produtos seleccionados podem, para efeitos de análise, agrupar-se em 5 classes de produtos.

A classe I inclui pneus e câmaras-de-ar e derivados do petróleo, tudo produtos da indústria química, um dos sectores fundamentais da economia portuguesa durante os anos 60. Mas não podem ser as exportações para Angola a causa da expansão do sector, porque aquelas diminuíram substancialmente (tanto em termos de valor

---

<sup>7</sup> Outro resultado desta situação fictícia consiste em dar um contributo para a balança de pagamentos portuguesa, cujos efeitos são idênticos a outras formas de contribuição das colónias para a balança de pagamentos, a que faremos referência na secção 4.

## Exportações portuguesas para Angola

[QUADRO N.º 8]

### A — Quota-parte de 12 produtos seleccionados no total das exportações portuguesas para Angola (a)

| Anos        | Percentagem |
|-------------|-------------|
| 1960 ... .. | 55,1 %      |
| 1970 ... .. | 39,5 %      |

(a) Lista dos 12 produtos seleccionados: vinho, azeite, leite em pó, margarina, fio e tecido de algodão, pneus e câmaras-de-ar, adubos, medicamentos, derivados do petróleo, ferro e aço, pilhas e acumuladores, cabos eléctricos.

### B — Estrutura das exportações para Angola dos 12 produtos seleccionados

| Produtos                       | Taxas de crescimento médio anual (1960-70) |       | Quota dos 12 produtos exportados na produção das indústrias portuguesas (percentagem) |              |        |
|--------------------------------|--|-------|---|--------------|--------|
|                                | Quantidade                                 | Valor | 1960  | 1970         |        |
| Vinho ... ..                   | 26,2                                       | 38,7  | 6,2<br>5,4  | 8,0<br>9,1   | Q<br>V |
| Azeite ... ..                  | -27,7                                      | 26,1  | 5,9<br>44,9   | 8,0<br>18,1  | V<br>Q |
| Leite em pó ... ..             | 26,7                                       | 22,1  | 54,9<br>5,2   | 31,6<br>11,7 | V<br>Q |
| Margarina ... ..               | 50,4                                       | 54,4  | 5,2<br>3,1  | 11,7<br>9,6  | Q<br>V |
| Fio e tecido de algodão ... .. | 26,8                                       | 31,3  | 4,4   | 3,8          | V      |
| Pneus e câmaras-de-ar          | -33,8                                      | -33,5 | 19,0  | 1,0          | V      |
| Adubos ... ..                  | 61,5                                       | 60,8  | —<br>0,5  | 0,3<br>1,9   | Q<br>V |
| Medicamentos ... ..            | 44,4                                       | 47,6  | —   | 10,1         | V      |
| Derivados do petróleo          | -34,2                                      | -31,9 | 2,8<br>6,0  | 0,1<br>0,6   | Q<br>V |
| Ferro e aço ... ..             | 52,4                                       | 46,4  | 39,6  | 5,6          | V      |
| Pilhas e acumuladores          | 41,9                                       | 44,0  | 29,8  | 16,3         | V      |
| Cabos eléctricos ..            | 40,3                                       | 43,2  | —<br>6,9  | 10,0<br>6,2  | Q<br>V |

Total de exportações para Angola: 39,3

Fontes: I. N. E., *Estatísticas do Comércio Externo*, 1960 e 1970; *Estatísticas Industriais*, 1960 e 1970.

como de quantidade) e acabaram por absorver apenas parcelas insignificantes da respectiva produção portuguesa.

A classe II abrangeria o vinho e o azeite, dois produtos cujo valor acrescentado total é em parte incluído na agricultura e em parte na indústria de alimentação e bebidas. A agricultura em geral<sup>8</sup> e o vinho e o azeite em particular<sup>9</sup> cresceram muito lenta-

<sup>8</sup> Cf. quadro n.º 2.

<sup>9</sup> Cf. OCDE, *Études Économiques — Portugal*, Paris, Setembro, 1972, p. 67.

mente ao longo dos anos 60; e o próprio sector de alimentação/bebidas/tabaco não pode considerar-se fundamental (baixos índices de crescimento e pequeno contributo para o aumento do valor acrescentado). Seja como for, as exportações destes produtos para Angola aumentaram (no caso do azeite, pelo menos em valor) e absorveram uma parcela cada vez maior da produção de ambos os produtos. Mas, como são produzidos em sectores que não são dinâmicos no contexto do crescimento económico português, as exportações para Angola só podem ser responsáveis pelo abrandamento do declínio da posição relativa desses dois produtos e do sector que os produz.

Na classe III incluir-se-ia leite em pó, fio e tecido de algodão, ferro e aço, pilhas e acumuladores e cabos eléctricos. A excepção do leite em pó, todas as indústrias que produzem estes bens se integram em sectores que foram claramente relevantes no processo de desenvolvimento económico dos anos 60 (têxteis/vestuário/calçado; metalúrgicas de base; produtos metálicos/máquinas/equipamento de transporte). No que se refere ao leite em pó, a informação disponível não exclui a possibilidade de ser produto duma indústria dinâmica do ramo alimentar. No entanto, a quota da produção absorvida pelas exportações para Angola diminuiu para todos os produtos (nuns casos espectacularmente, noutros apenas ligeiramente), pelo que todos os indícios apontam no sentido da não aceitação duma relação causal entre o aumento das exportações para Angola e os resultados económicos dos sectores portugueses fundamentais.

A classe IV incluiria margarina e adubos. A margarina é produzida num ramo industrial cuja pequena importância para o crescimento económico do período em análise já foi referida. Os adubos químicos constituem uma parte importante do sector das indústrias químicas, um dos mais dinâmicos da indústria portuguesa nos anos 60; mas a quota de produção absorvida pelo mercado colonial de Angola, apesar de ter aumentado ligeiramente, era ainda muito pequena em 1970. Portanto, no caso de ambos os produtos, houve um contributo da expansão dos mercados coloniais para o crescimento da indústria portuguesa, embora provavelmente pequeno.

A classe V englobaria os medicamentos, cuja quota de exportação para Angola em 1970 atingiu 10 % do valor total da produção. A indústria farmacêutica faz parte do ramo das indústrias químicas, um sector importante da economia portuguesa deste período. No que se refere aos anos anteriores a 1969, não há dados disponíveis, na medida em que a indústria farmacêutica só foi criada em meados dos anos 60. Muito provavelmente, é este o único caso, dentre as 12 principais exportações estudadas, em que uma importante expansão dos mercados coloniais pode ser posta em relação com o crescimento dum importante ramo industrial em Portugal.

2. Uma das limitações da presente análise é consequência da crescente diversificação das exportações. Mas, se se fosse a alargar o grupo de produtos seleccionados, os produtos a incluir

seriam os que figuram no quadro n.º 9. Seria de esperar que os bens do grupo A tivessem um comportamento idêntico ao do fio e tecido de algodão, indústria acima analisada. Não parece que o grupo B tenha muita importância, porque a principal indústria do sector do papel foi a indústria de pasta celulósica. O grupo C poderia eventualmente proporcionar um alargamento da supra-citada classe V, mas a sua importância potencial é contrabalançada pela reduzida importância dos valores envolvidos (3 % das exportações portuguesas para Angola em 1970).

**Outros produtos com lugar importante nas exportações  
portuguesas para Angola**

[QUADRO N.º 9]

---

*GRUPO A:* Têxteis além do algodão; vestuário; calçado.

*GRUPO B:* Livros.

*GRUPO C:* Partes e peças separadas para rodas hidráulicas, turbinas e outras máquinas motoras hidráulicas; transformadores eléctricos e partes e peças separadas.

---

Fonte: I. N. E., *Estatísticas do Comércio Externo*, 1960 e 1970.

Outra limitação é a resultante do facto de só se ter entrado em linha de conta, no presente estudo, com as exportações para Angola. Se tivéssemos considerado todas as colónias, aumentariam alguns dos valores relativos à quota de produção exportada<sup>10</sup>. Mas seria de esperar que as principais tendências apontassem na mesma direcção e as conclusões fossem as mesmas.

Portanto, no seu conjunto, a análise sugere que as principais indústrias dos sectores dinâmicos da economia portuguesa se não expandiram em resposta a uma expansão dos mercados coloniais, embora, no caso específico de certas indústrias, esse incentivo possa ter estado presente. Seja como for, não há provas que apoiem uma relação geral entre as exportações para as colónias e o desenvolvimento industrial português durante a década de 60.

#### *Secção 4: A BALANÇA DE PAGAMENTOS*

1. Além das relações comerciais, importa analisar também o sector de serviços. O ramo dos transportes, principalmente, deve ter colhido substanciais lucros da situação colonial, porque as companhias portuguesas obtinham do Estado os direitos exclusivos para os transportes entre Portugal e as colónias. Mas é impossível fazer uma análise idêntica à do comércio de produtos, e os dados que existem não fornecem informações significativas. No entanto, tal limitação é minorada pelo facto de a indústria transformadora ter sido o sector importante e dinâmico da economia portuguesa dos anos 60.

---

<sup>10</sup> Nalguns casos talvez chegassem a duplicar.

É também muito importante analisar as relações financeiras entre Portugal e as colónias. A este respeito, a balança de pagamentos é a fonte de informação quase exclusiva. Mas a própria estrutura dos dados sobre a balança de pagamentos (ou, mais precisamente, o facto de as movimentações de capital a curto prazo só serem apresentadas em valores líquidos) impede qualquer comparação entre as saídas e as entradas de capital. Além disso, é impossível obter qualquer informação sobre as transferências feitas pelo Governo e pelas entidades privadas antes de 1964, o que torna impossível a comparação dos anos 50 com os 60. No entanto, a questão mais geral da situação da balança de pagamentos em termos globais será objecto de estudo neste capítulo.

2. As diversas operações respeitantes aos vários aspectos das relações económicas entre Portugal e as colónias estão reflectidas em cada alínea da balança de pagamentos, mas o resultado geral de todas as operações, traduzido no excedente/défi ce, tem também implicações importantes. O quadro n.º 10 mostra que as colónias,

**Balança de pagamentos das colónias**  
(em milhões de escudos)

[QUADRO N.º 10]

| Anos         | Nas relações com Portugal | Nas relações com países estrangeiros |
|--------------|---------------------------|--------------------------------------|
| 1964 .. .. . | — 1 861                   | + 3 626                              |
| 1965 .. .. . | — 2 945                   | + 2 454                              |
| 1966 .. .. . | — 2 002                   | + 2 004                              |
| 1967 .. .. . | — 2 417                   | + 2 093                              |
| 1968 .. .. . | — 3 059                   | + 2 209                              |
| 1969 .. .. . | — 3 587                   | + 1 337                              |
| 1970 .. .. . | — 2 167                   | + 1 676                              |
|              | — 18 038                  | + 15 399                             |

*Nota* — Balança de transacções não monetárias. Todas as transacções são lançadas numa base de liquidações.

Fontes: Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração*, 1964 a 1970, Lisboa, 1965 a 1971.

embora tivessem um permanente saldo positivo nas suas transacções com os países estrangeiros, têm défi ces persistentes nas suas transacções com Portugal. No período abrangido pelos dados disponíveis <sup>11</sup>, o défi ce total com Portugal excede o total do saldo positivo com os outros países.

<sup>11</sup> Até 1964, apenas a balança de pagamentos agregada da zona do escudo era publicada. Só para os anos posteriores a essa data, portanto, é que são conhecidos dados sobre a balança de pagamentos da metrópole com as colónias.



Do ponto de vista de sistema monetário, Portugal e as colónias integravam-se na zona do escudo, centralizada em Lisboa pelo Banco de Portugal e que como meio de pagamento utilizava apenas escudos portugueses ou moeda estrangeira convertida em escudos (os escudos das colónias não eram aceites) <sup>12</sup>. Este sistema, juntamente com a estrutura da balança de pagamentos ilustrada no quadro <sup>13</sup>, tinha como resultado final as colónias serem fonte de divisas transferidas para Portugal, o que representava um contributo para a balança de pagamentos portuguesa de cerca de 15 399 milhões de escudos no período 1964-70: mais de 500 milhões de dólares, cerca de 7 % das importações portuguesas provenientes do estrangeiro, ou cerca de 20 % do valor das máquinas e equipamento de transporte importados no mesmo período.

Pode avaliar-se a importância deste facto fazendo referência à literatura sobre o *dual-gap* <sup>14</sup>. Este tipo de análise salienta o facto de os países menos desenvolvidos empenhados num processo de crescimento necessitarem normalmente de aumentar substancialmente as suas importações de bens de equipamento. Em tais circunstâncias pode tornar-se dominante a carência de moeda estrangeira, transformando-se a balança de pagamentos num freio à taxa de crescimento. Neste contexto, o quadro institucional colonial do império português fornece a estrutura e os mecanismos que proporcionam a transferência para Portugal de importantes somas de divisas, contribuindo assim para atenuar este possível travão do crescimento.

Mas, ainda que a contribuição das colónias para a balança de pagamentos portuguesa fosse (potencialmente) importante para a atenuação das carências em moeda estrangeira, daí não se segue imediatamente que tal situação seja um contributo directo para o crescimento português. De facto, muita coisa depende do uso dado aos recursos assim postos à disposição de Portugal. E, dada a situação de guerra, é seguro que pelo menos parte desta contribuição foi absorvida pela importação de material militar. Com os dados de que se dispõe <sup>15</sup>, e dadas as características do comércio de armas em geral, assim como a situação especial de Portugal (afectado por um embargo selectivo, na sequência da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1963, o que veio incentivar formas disfarçadas de comércio de armas) <sup>16</sup>, é impossível chegar a dados concretos.

---

<sup>12</sup> Cf. Banco Nacional Ultramarino, *Boletim Trimestral*, n.º 89, Janeiro-Março de 1972, Lisboa, 1972.

<sup>13</sup> O sistema da zona do escudo, apesar de centralizado em Lisboa, conferia certa autonomia na utilização da moeda estrangeira por parte das autoridades monetárias das colónias. Por isso, era essencial que houvesse um défice com Portugal para tornar efectivo o fluxo de divisas.

<sup>14</sup> Cf. R. McKinnon, «Foreign exchange constraints in Economic Development and efficient aid allocation», in *Economic Journal*, 1964.

<sup>15</sup> Cf. secção sobre os custos da guerra.

<sup>16</sup> No que se refere ao período de 1964-70, nas rubricas das *Estatísticas do Comércio Externo* que claramente cobrem o material de guerra, só se conseguem encontrar 9000 dólares de importações em 1970 e 432 000 dólares de exportações em 1967. Trata-se, obviamente, dum quadro irrealista da situação.

Nesta situação, a principal conclusão que se pode tirar é que as colónias deram algum contributo para o crescimento económico português sob a forma de atenuação de possíveis dificuldades da balança de pagamentos, mas tal contributo deve ter sido, pelo menos em parte, reduzido pelas importações que o esforço de guerra acarretou.

## *Secção 5: OS CUSTOS DA GUERRA*

1. Para além das relações económicas analisadas com algum pormenor nas secções anteriores, o Império Colonial Português esteve envolvido numa guerra colonial que começou em 1961 e cujo impacte na economia portuguesa foi, sem dúvida, importante. Todavia, e devido a uma enorme falta de dados, é impossível fazer uma avaliação quantitativa dos efeitos económicos da guerra. Por isso, esta secção só dará sobre o tema alguns comentários muito gerais e aproximativos.

2. Do ponto de vista do custo da guerra, os principais aspectos foram já apresentados na secção 1. As despesas com a defesa representam, pelo menos, 8 % do PNB e 40 % das despesas do Governo central; o recrutamento militar absorve cerca de 6 % da força de trabalho; a importação de armas absorve parte das divisas estrangeiras fornecidas pelo Império Colonial. Somados, estes elementos representam um fardo muito pesado para as perspectivas de crescimento da economia portuguesa, na medida em que implicam a aplicação duma soma substancial de recursos para fins não produtivos.

3. Por outro lado, as despesas de guerra talvez tenham tido um efeito positivo no crescimento, dada a procura de bens industriais por parte do Governo e o aumento do consumo privado resultante dos salários pagos às forças armadas.

Dado o grande aumento do número de militares ao serviço, era inevitável que a procura de produtos alimentares e têxteis por parte do Governo sofresse um considerável aumento, fomentando a expansão dessas indústrias.

Já no que se refere à indústria de armamento, a situação é menos clara. O grosso das armas necessárias a um exército em situação de guerra colonial pertence ao tipo das chamadas armas COIN (*counter-insurgency*), que não inclui armas mais sofisticadas, conhecidas pela designação *major weapons*<sup>17</sup>. A indústria portuguesa produzia sob licença parte das armas e munições usadas pelas forças armadas (armas e munições eram produzidas por fábricas do Estado; empresas privadas montavam camiões e carros blindados), mas a crescente procura causada pela guerra

---

<sup>17</sup> Stockholm International Peace Research Institute, *The arms trade with the Third World*, Harmondsworth, 1975, pp. 13 e segs.

não parece ter produzido o impulso susceptível de proporcionar a criação em Portugal duma indústria de armamento autónoma e integrada. Presume-se que Portugal recebeu durante os anos 60 um fluxo contínuo de armas<sup>18</sup> vindas de outros países da NATO (provavelmente, parte delas eram oferecidas pelos E. U. A., mas outra parte era muito provavelmente importada em termos comerciais de França e da Alemanha)<sup>19</sup>.

Assim, tudo indica que certos sectores industriais (principalmente do ramo alimentar, têxtil e metalomecânico) beneficiaram do aumento da procura resultante de encomendas das forças armadas. No que respeita à indústria de armamento, esses incentivos também existiram, embora aparentemente limitados a produtos da indústria ligeira.

As despesas militares tiveram talvez efeito sobre o consumo privado pela via dos salários pagos. Com efeito, o aumento do emprego nas indústrias que produziam para o exército e o consumo resultante dos respectivos salários podem ser imputados ao esforço de guerra. E os salários pagos aos militares em campanha (uma parte era paga em Portugal vindo provavelmente a satisfazer necessidades de consumo das famílias dos militares), na medida em que eram superiores aos anteriores salários profissionais ou pagos a soldados oriundos de zonas agrícolas de semi-subsistência, podem considerar-se uma das causas da expansão do mercado interno<sup>20</sup>.

4. Há autores que pensam que antes da guerra havia capacidade produtiva disponível. As despesas militares (pela via dos contratos directos com a indústria e do consumo privado induzido) teriam por isso levado a uma utilização mais plena da capacidade produtiva, constituindo um importante elemento explicativo da aceleração do crescimento<sup>21</sup>. Mesmo na ausência de informação quantitativa, parece possível aceitar como plausível tal opinião. Mas é necessário circunscrever os efeitos económicos positivos da guerra. Dado que a base industrial da economia portuguesa era débil e insuficientemente integrada, parte dos efeitos acima mencionados provavelmente perderam-se por desperdícios e rigidez de oferta.

É difícil tirar conclusões definitivas com base nas poucas informações disponíveis. Tudo quanto se pode dizer é que as despesas militares constituíram um pesado fardo para a economia. Mas é muito provável que tenham desempenhado um certo papel no fomento da produção, se bem que essa mesma expansão da procura e, conseqüentemente, da produção pudesse ter sido obtida por outros métodos.

---

<sup>18</sup> Incluindo caças, helicópteros, carros blindados, morteiros, granadas, espingardas, barcos-patrolhas, etc.

<sup>19</sup> Cfr. Stockholm International Peace Research Institute, *op. cit.*, pp. 247 e segs.

<sup>20</sup> Cf. a próxima secção.

<sup>21</sup> C. Almeida e A. Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, 1970.

## Secção 6: AINDA A ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS NOS ANOS 60

1. Como já visto, as relações económicas com as colónias não bastam para explicar completamente a aceleração do crescimento económico português durante os anos 60. Nesta secção abordar-se-ão, *muito sumariamente*, outros elementos que tiveram grande importância para a explicação desse fenómeno. Tais elementos foram os que influenciaram o crescimento económico do lado da oferta e do lado da procura e aqueles que poderiam eventualmente constituir obstáculos ao processo de crescimento. (Não cabe no âmbito deste texto uma análise mais vasta.)

2. Do lado da oferta, isto é, do ponto de vista da organização e funcionamento do sistema produtivo, as características da formação bruta de capital fixo e o investimento estrangeiro são os aspectos que mais importa salientar.

Tal como a parte A do quadro n.º 11 evidencia, nos anos 60 foi destinada ao investimento, e em especial ao investimento na indústria transformadora<sup>22</sup>, uma maior percentagem do PNB. Além disso, a partir de 1961 houve uma política deliberada de incentivo ao investimento de capitais estrangeiros que originou um importante aumento dos movimentos de capital com outros países, e também do investimento estrangeiro directo em Portugal (parte B do quadro n.º 11).

Estes dois factores parecem indicar que houve uma reorientação da aplicação de recursos de investimento para a indústria transformadora (e particularmente para ramos mais produtivos dentro deste sector), simultaneamente com uma maior integração do sistema produtivo português no capitalismo internacional mais desenvolvido. Por outro lado, os ramos industriais onde é mais importante a participação do investimento estrangeiro (tanto em termos de comparticipação no capital como de empresas subsidiárias de capital integralmente estrangeiro) são também sectores de ponta do desenvolvimento industrial português<sup>23</sup>.

3. Do lado da procura, o processo de crescimento está certamente associado a uma importante expansão do mercado<sup>24</sup> que se verificou neste período.

A parte A do quadro n.º 12 mostra que a procura interna, tanto privada como pública, aumentou substancialmente durante

---

<sup>22</sup> Durante a década anterior, altos índices de formação bruta de capital fixo são devidos a um programa intensivo, financiado pelo Estado, de construção de barragens e centrais geradoras de energia e outras infra-estruturas; essa participação intensiva do Estado terminou quando aumentaram as despesas militares.

<sup>23</sup> Uma regressão simples entre o crescimento médio anual do valor acrescentado em 1960-70 e a parte do capital social pertencente ao capital estrangeiro nos 8 sectores industriais (cf. parte C do quadro n.º 11) apresenta um coeficiente de correlação de + 0,84.

<sup>24</sup> E a uma modernização da estrutura de consumo, induzida pelo efeito de demonstração (resultado da emigração e do turismo).

os anos 60. O consumo privado aumentou em resultado das remessas de emigrantes, do soldo dos militares e dos aumentos de salários. As despesas públicas, principalmente em termos de gastos militares, também aumentaram substancialmente neste período e, pelo menos em parte, tomaram a forma dum aumento de procura de produtos industriais.

A expansão dos mercados externos foi também um importante incentivo para o crescimento de algumas indústrias portuguesas. A parte B do quadro n.º 12 mostra que, no caso de certas indústrias, a parte da produção que foi exportada aumentou (alimentação-bebidas-tabaco; têxteis-vestuário-calçado; papel-tipografia; outras indústrias transformadoras; e, no caso de outros ramos da indústria, a quota-parte das exportações não diminuiu significativamente, ou seja, pelo menos uma parte do aumento da produção foi absorvida pelos mercados externos. Deste ponto de vista, foi já referido que o impacte das exportações para as colónias não foi muito importante. A parte C do quadro n.º 12 (apesar das limitações referidas em nota) mostra que, no caso de algumas das principais indústrias participantes no processo de crescimento económico português (papel e tipografia; metalurgia, produtos metálicos, máquinas e equipamento de transporte), a expansão dos mercados externos foi mais importante (tanto em crescimento percentual como em termos do volume de exportações) do que a expansão dos mercados coloniais. Além disso, o papel dominante desempenhado pelas exportações para a Europa e os E. U. A. vem mais uma vez reforçar a importância duma maior integração com economias mais desenvolvidas como explicação para a aceleração do crescimento português durante os anos 60.

4. Passando agora à análise dos obstáculos susceptíveis de surgir num processo de crescimento, três aspectos principais merecem atenção: a limitação da disponibilidade de divisas, a carência de mão-de-obra e o problema da poupança.

A verdade é que o crescimento económico português durante a década de 60 se processou sem o obstáculo da falta de divisas. Três elementos explicam esta situação: a contribuição do Império Colonial em moeda estrangeira (cf. secção 4); o importante afluxo de remessas de emigrantes; as importantes receitas do turismo. A forte posição internacional do escudo e o permanente aumento das reservas são consequência desta situação.

A questão da mão-de-obra é um pouco mais complexa. É convicção corrente que os países pouco desenvolvidos se não debatem com carências generalizadas de mão-de-obra<sup>25</sup> no processo de desenvolvimento<sup>26</sup>. Por outro lado, nos países industrializados é natural que haja problemas de falta de mão-de-obra desde que a oferta de força de trabalho deixe de ser elástica; e essa situação

---

<sup>25</sup> O que não exclui a possibilidade de estrangulamentos causados por falta de mão-de-obra especializada.

<sup>26</sup> A formulação tradicional do argumento vem contida no trabalho de A. Lewis «Economic Development with unlimited supplies of Labour», in A. Agarwala e S. Singh, *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, 1958.

Alguns indicadores relativos à oferta

[QUADRO N.º 11]

A — Formação bruta de capital fixo (a preços correntes)

| Anos           | FBCF em percentagem do PNBcf | FBCF na indústria transformadora em percentagem do PNBcf |
|----------------|------------------------------|--|
| 1956-60 ... .. | 17,4                         | 4,8(a)   |
| 1961-65 ... .. | 18,9                         | 5,4  |
| 1966-70 ... .. | 19,7                         | 5,9  |

(a) Só 3 anos: 1958, 1959 e 1960.

B — Transacções de capitais com outros países (em milhões de escudos)

| Anos           | Entradas de capitais a médio e longo prazo (média anual) | Investimento estrangeiro directo (entrada) |                        |
|----------------|--|--|------------------------|
|                |  | Média anual                                | Em percentagem do FBCF |
| 1956-60 ... .. | 104,4  | —  | —                      |
| 1961-65 ... .. | 1 968,6  | 362,8(a)                                   | 2,1(a)                 |
| 1966-70 ... .. | 4 912,2  | 653,2                                      | 2,5                    |

(a) Só 1962-65.

C — Crescimento industrial e participação do investimento estrangeiro (a preços de 1963)

| Produtos  | Crescimento do valor acrescentado (1960-70) |             | Média anual do crescimento da produtividade (1960-70) | Percentagem da parte do capital social propriedade do capital estrangeiro (1970) |
|---|---|-------------|---|--|
|   | Média anual                                 | Percentagem |   |  |
| Total da indústria transformadora ... ..  | 8,6   | 100,0       | 7,0   | 32,8   |
| Alimentos, bebidas e tabaco   | 6,3   | 8,8         | 6,5   | 12,8   |
| Têxteis, vestuário e calçado  | 8,2   | 20,5        | 5,4   | 14,3   |
| Madeiras ... ..   | 4,5   | 4,3         | 4,1   | 14,0   |
| Papel e tipografia ... ..   | 9,4   | 6,1         | 8,0   | 41,0   |
| Indústrias químicas ... ..  | 10,2  | 13,9        | 9,4   | 58,3   |
| Minerais não metálicos ...  | 8,6   | 7,1         | 7,1   | 43,3   |
| Metalúrgicas de base, produtos metálicos, máquinas e equipamento de transporte } 10,7 | 15,9  | 4,5         | 13,9  | 51,1(a)  |
| Outras indústrias transformadoras ... ..  | 10,4  | 30,2        | 7,0   |  |
| ... ..  | 8,1   | 4,6         | 5,8   | 39,3   |

(a) Segundo L. Matos, *op. cit.*, pp. 178 e segs., é pequena a participação do capital estrangeiro no ramo das metalúrgicas de base; assim sendo, este valor exagera a participação estrangeira neste ramo e peca por defeito em relação a essa participação no campo dos produtos metálicos, das máquinas e do equipamento de transporte.

Nota — O valor acrescentado bruto por trabalhador a preços de 1963 é tomado como indicador de produtividade.

Fontes: OCDE, *National Accounts Statistics*, 1955-64 e 1960-70, para as partes A e B do quadro. ONU, *Yearbook of National Accounts Statistics*, 1968, para a parte A. Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração*, 1956 a 1970, Lisboa, 1957 a 1971, para a parte B. I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento*, 1960-70, Lisboa, 1972, para a parte C. L. Matos, *Investimentos Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, 1975, pp. 135 e segs., para a parte C.

Alguns indicadores relativos à procura

[QUADRO N.º 12]

A — Consumo privado e público: índices de base fixa (1960 = 100)  
(preços de 1963)

|  | 1970  |
|--|-------|
| Consumo privado ... ..                         | 177,2 |
| Despesas correntes do Estado ... ..            | 245,5 |
| Consumo total (privado + governamental) ... .. | 185,6 |

B — Total das exportações portuguesas em percentagem  
do valor da produção (preços de 1963)

| Produtos  | Médias de três anos |      |
|---|---------------------|------|
|   | 1961                | 1968 |
| Alimentos + bebidas + tabaco ... ..                             | 13,9                | 15,5 |
| Têxteis + vestuário + calçado ... ..                            | 25,6                | 32,0 |
| Madeiras ... ..   | 36,6                | 30,9 |
| Papel + tipografia ... ..                                       | 10,1                | 17,6 |
| Produtos químicos ... ..  | 18,1                | 15,4 |
| Minerais não metálicos ... ..                                   | —                   | —    |
| Metalúrgicas de base ... ..                                     | 34,2                | 30,0 |
| Produtos metálicos, máquinas e equipamento de transporte ... .. | 5,7                 | 11,2 |
| Outras indústrias transformadoras ... ..                        | 2,5                 | 4,5  |

C — Evolução das exportações portuguesas em 1960-70  
(a preços correntes)

| Produtos   | Para as colónias       |                     | Para o estrangeiro     |                     | Para a Europa + E. U. A. |                     |
|--|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|---------------------|
|  | Percentagem de aumento | Quota (percentagem) | Percentagem de aumento | Quota (percentagem) | Percentagem de aumento   | Quota (percentagem) |
| Total (excepto diamantes) ... ..                   | 177,6                  | 25,9                | 174,6                  | 74,1                | 210,2                    | 64,3                |
| I — Alimentos + bebidas + tabaco                   | 181,3                  | 3,7                 | 106,4                  | 10,5                | 110,8                    | 8,9                 |
| II — Têxteis + vestuário + calçado                 | 164,5                  | 5,7                 | 331,0                  | 4,9                 | 396,4                    | 3,4                 |
| III — Madeiras ... ..                              | 17,1                   | 0,1                 | 34,4                   | 4,1                 | 51,0                     | 3,6                 |
| IV — Papel + tipografia .. ..                      | 169,0                  | 0,6                 | 650,1                  | 7,9                 | 627,2                    | 6,6                 |
| V — Produtos químicos ... ..                       | 254,9                  | 7,9                 | 133,9                  | 25,6                | 109,1                    | 24,3                |
| VI — Minerais não metálicos .. ..                  | —                      | —                   | —                      | —                   | —                        | —                   |
| VII — Metalúrgica de base + produtos metálicos ... | 253,5                  | 2,4                 | 315,2                  | 2,9                 | 150,2                    | 0,9                 |
| VIII — Máquinas + material de transporte ... ..    | 317,5                  | 4,0                 | 2 215,6                | 8,2                 | 3 860,9                  | 7,1                 |

[Ver nota na página seguinte]

surge normalmente quando no País se esgotam as reservas de mão-de-obra agrícola<sup>27</sup>. Neste contexto, Portugal tem uma situação muito especial, como país em estágio intermédio de desenvolvimento, mas com uma emigração e um recrutamento militar que absorviam uma parte importante da mão-de-obra durante os anos 60. Todavia, não se pode dizer que o crescimento económico português tenha sido travado por qualquer carência aguda de mão-de-obra, até porque a percentagem da população activa no sector primário era ainda muito alta no final da década (1970: 30 %, a mais alta da Europa da OCDE) e porque um dos incentivos que atraíram o investimento estrangeiro directo durante os anos 60 foi a disponibilidade de mão-de-obra barata<sup>28</sup>.

No que respeita ao financiamento do processo de desenvolvimento, é perfeitamente claro que as poupanças internas eram complementadas por poupanças externas (investimento estrangeiro e empréstimos públicos no estrangeiro) durante a década em estudo. Alguns indicadores sugerem que a poupança interna aumentou substancialmente: as contas de depósito na banca aumentaram onze vezes entre 1960 e 1970 e a poupança forçada pela via do fisco triplicou. Mas esses recursos internos foram, pelo menos em parte, absorvidos pelas despesas militares não reprodutivas, o que obrigou a recorrer às poupanças externas.

## CONCLUSÃO

1. Como se viu, apesar da situação de guerra colonial, a economia sofreu nos anos 60 uma aceleração da sua taxa de crescimento. A maior parte deste trabalho foi dedicada à análise da contribuição das relações económicas com as colónias para a referida aceleração. Angola foi quase sempre usada como caso típico.

Neste aspecto verificou-se que as colónias não foram uma fonte importante de matérias-primas a preços de privilégio para os ramos dinâmicos da economia portuguesa; e que a expansão industrial em Portugal não foi provocada por uma expansão gene-

---

<sup>27</sup> Cf. N. Kaldor, *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*, lição inaugural, Cambridge, 1966.

<sup>28</sup> O que não significa que não tivesse havido quaisquer aumentos salariais. Com efeito, a pressão salarial era uma realidade; mas pode-se dizer que o aumento daí resultante teve uma influência positiva no processo de crescimento, na medida em que obrigou a alguma mecanização da agricultura e pôs fora de produção unidades e tecnologias obsoletas, além de contribuir para o alargamento do mercado.

---

*Nota* — Não foi tentada uma adaptação exaustiva da classificação das estatísticas do comércio externo à classificação das actividades económicas (CAE); não se incluem alguns produtos importantes, como, por exemplo, os seguintes:

I — Azeite e margarina.

V — Matérias plásticas; derivados do petróleo.

Fontes: OCDE, *National Accounts Statistics*, 1960-70, para A; I. N. E., *Estatísticas para o Planeamento — 1960-70*, Lisboa, 1972, para B; C. Fernandes e P. Álvares, *Portugal e o Mercado Comum*, Lisboa, 1972, quadro III do apêndice, para C.



realizada dos mercados coloniais. No entanto, o contributo das colónias em termos de moeda estrangeira pode ser importante, embora provavelmente reduzido (em grau desconhecido) pela necessidade de importar armas.

Referiu-se a importância estrutural das relações coloniais para a economia portuguesa, mas o objectivo principal do exercício consistiu em avaliar o respectivo contributo para a *aceleração* do crescimento económico português durante a última década. E, deste ponto de vista, pode-se argumentar que tal contribuição não teve um efeito generalizado e importante sobre os principais sectores dinâmicos do crescimento português durante os anos 60, se bem que sectores específicos e restritos possam ter sido substancialmente beneficiados. Neste contexto, o máximo que se pode dizer é que as relações económicas normais com as colónias apoiaram um crescimento cujas causas principais não se podem explicar em termos das relações económicas coloniais em si mesmas.

2. Outros factores explicativos importantes foram muito sumariamente referidos. Sugeriu-se que talvez as despesas públicas originadas pela guerra tenham tido um papel de incentivo da economia. E referiram-se como prováveis elementos dinâmicos em relação à aceleração do crescimento o maior grau de abertura (através do investimento estrangeiro e da expansão dos mercados externos), a dinamização das estruturas internas do consumo e do investimento e a ausência de limitações importantes de divisas, mão-de-obra ou poupança.

Todavia, ainda que, em termos estritamente económicos, outros factores que não as relações coloniais sejam aparentemente dominantes no processo de crescimento económico no Portugal dos anos 60, essas relações coloniais tiveram um papel extremamente importante no processo, mas a outro nível: ao nível político. De facto, a necessidade de obter apoio político e económico internacional para a guerra foi um dos elementos fundamentais que impediram a continuação dum elevado grau de isolamento e acelerou o processo de «abertura» da economia, cuja relevância durante o período em análise foi apontada.